

ESTUDO Nº 12/2025

Estimativa do resultado primário de março de 2025 e números do primeiro trimestre

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
Núcleo de Economia e Assuntos Fiscais¹

1. Consultores: Dayson Pereira B. de Almeida e Márcia Rodrigues Moura.

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seus autores.

© 2025 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as) e a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus(suas) autores(as), não representando a posição da Consultoria de Orçamento, da Câmara dos Deputados ou de suas comissões.

1. ESTIMATIVA DO RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM MARÇO DE 2025

A partir de dados extraídos do DW do SIAFI, estima-se que o resultado primário do governo central no mês de março de 2025 foi próximo à neutralidade (déficit de R\$ 40 milhões). O número decorre de receitas líquidas de R\$ 172,9 bilhões, ante de despesas totais de mesma magnitude¹.

Em relação ao mês de março de 2024, a receita total cresceu 0,9% em termos reais: a arrecadação perfez R\$ 212,5 bilhões no último mês, enquanto foram auferidos R\$ 210,3 bilhões em março de 2024. As receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) cresceram 5,1% em termos reais (R\$ 135,3 bilhões em mar/25 contra R\$ 128,7 bilhões em mar/2024 a valores de 2025). A arrecadação líquida da Previdência aumentou marginalmente, de R\$ 53,8 bilhões para R\$ 54,2 bilhões, ou 0,9% em valores constantes. Por outro lado, e pelo terceiro mês seguido, as receitas não administradas pela RFB experimentaram queda em termos reais: saíram de 27,8 bilhões em março de 2024 para 22,7 bilhões no mês passado, isto é, uma queda real de 18,5%.

A despesa total diminuiu 0,4% em relação a março do último ano: os pagamentos efetivos alcançaram o montante de R\$ 172,9 bilhões em março/2025, enquanto em 2024 o gasto do mês atingiu R\$ 173,5 bilhões. A principal variação dentro do grupo das despesas obrigatórias foi nos gastos com Abono e Seguro Desemprego, que cresceram R\$ 1,6 bilhão (23,4%) em valores constantes, somando R\$ 8,3 bilhões no último mês. Os Benefícios de Prestação Continuada (BPC) elevaram-se em 9,7%, alcançando R\$ 10,4 bilhões; benefícios previdenciários cresceram 1,5%, chegando a R\$ 77,6 bilhões. As despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira, que incluem despesas discricionárias e despesas obrigatórias com controle de fluxo, caíram 10,9% em termos reais, com destaque para o grupo das despesas discricionárias, que se retraiu 22,7% em valores constantes. Depreende-se daí que o crescimento das despesas seria potencialmente maior caso o orçamento

¹ Consultar Apêndice I para tabela com detalhamento.

de 2025 já estivesse em vigor, permitindo a retomada do cronograma regular de execução de despesas discricionárias.

Em sinopse, o resultado primário neutro do mês de março de 2025 foi mais favorável do que o obtido em março de 2024, quando foi apurado déficit primário de R\$ 1,1 bilhão.

2. NÚMEROS DO 1º TRIMESTRE: PROJEÇÕES X REALIZADO²

A arrecadação das receitas administradas pela RFB no primeiro trimestre foi R\$ 14,5 bilhões inferior às projeções na proposta orçamentária para 2025. Embora os números do Imposto sobre a Importação e do Imposto de Renda tenham superado as previsões em R\$ 9,7 bilhões, conjuntamente, tais excessos foram mais do que compensados por frustrações na Cofins, no PIS/Pasep, na CSLL e nas outras receitas administradas, que totalizaram R\$ 24,7 bilhões a menor, em relação ao estimado no PLOA 2025. As outras administradas, em particular, respondem por 13,5 bilhões da frustração total (foram arrecadados R\$ 8,3 bilhões, ante R\$ 25,0 bilhões previstos para o período, ou seja, cerca de 1/3 do previsto), indicando que a projeção anualizada trazida pelo PLOA para esse conjunto de receitas (R\$ 108,8 bilhões) – e, por conseguinte, para o total das receitas a arrecadar – deve ser objeto de ajuste relevante nos relatórios bimestrais de avaliação a serem elaborados ao longo do exercício³.

Arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, por sua vez, foi R\$ 1,8 bilhão inferior ao previsto no PLOA 2025.

² Ver Apêndice II para números apresentados nesta seção.

³ A propósito, esta Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) vem sublinhando este ponto desde a apresentação do PLOA, em agosto do ano passado. Com efeito, a proposta orçamentária para 2025 incorporou à previsão de arrecadação das outras receitas administradas R\$ 58,5 bilhões em receitas extraordinárias, oriundas de diversas fontes, cuja realização é bastante incerta. Tais receitas, aliás, experimentaram frustração não desprezível em 2024: no PLOA 2024 as outras administradas foram estimadas em R\$ 86,6 bilhões, ao passo que a arrecadação efetiva alcançou R\$ 33,7 bilhões ao final do exercício, em razão de frustrações na arrecadação extraordinária esperada. Projeções internas desta Consultoria apontam para uma arrecadação de R\$ 45,0 bilhões nesta rubrica, em 2025, tudo o mais constante.

Pelo lado da despesa, mencionem-se os benefícios previdenciários, que superaram as previsões para o trimestre em R\$ 4,8 bilhões (R\$ 228,0 bilhões pagos, R\$ 223,2 bilhões previstos) – novamente sugerindo a necessidade de revisão dos números do PLOA⁴. Os gastos com o BPC (R\$ 30,8 bilhões) foram apenas ligeiramente superiores (em R\$ 0,9 bilhão, ou 2,8%, no trimestre) às previsões do PLOA 2025. As despesas com abono e seguro desemprego, noutro sentido, estiveram aquém das estimativas do PLO, em R\$ 0,9 bilhão, ou 3,9% a menos do que o esperado para o primeiro trimestre do ano.

3. PROJEÇÃO PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL EM 2025

Nesse contexto, as projeções atualizadas⁵ da Conof, indicam, no cenário-base, despesas primárias ligeiramente inferiores (R\$ 2.384,1 bilhões), em relação aos números constantes do PLOA 2025, e número mais conservador para receitas líquidas (R\$ 2.320,3 bilhões). De tais estimativas resulta, assim, um resultado primário deficitário em 2025 de aproximadamente R\$ 63,8 bilhões, ou 0,5% do PIB.

As projeções em comento não incorporam, por conservadorismo, efeitos de novas medidas extraordinárias de arrecadação, de receitas condicionadas, ou de revisão de gasto previstas no PLOA 2025 reputadas como pouco prováveis⁶. A concretização de tais medidas tende a melhorar o resultado projetado para o exercício.

Tomando esse cenário como paradigma, e supondo inércia dos gestores da política fiscal, o alcance da meta de resultado primário nulo, em 2025, dependeria de choques exógenos que alterassem o comportamento esperado de despesas e, especialmente, receitas primárias. Estima-se que a probabilidade de alcance de tal resultado alcança cerca de 35%; caso admitido o cumprimento da meta pelo limite inferior do intervalo de tolerância, a

⁴ A esse ritmo, a correção total da despesa seria da ordem de R\$ 20,0 bilhões, em linha com projeções desta Conof.

⁵ Já considerando os dados preliminares de execução do mês de março/2025.

⁶ Para maiores detalhes, ver Apêndice 1 ao Estudo Técnico nº 04/2025.

probabilidade estimada eleva-se para algo em torno de 45%⁷. Noutro sentido, assumindo-se uma postura proativa da autoridade fiscal⁸ e admitindo-se o abatimento das despesas com precatórios, a probabilidade de cumprimento da meta está na casa dos 90%.

⁷ Percentual não considera a exclusão, para fins de cômputo da meta, do valor de R\$ 44,1 bilhões, referente a despesas com precatórios excedentes ao limite de despesas dessa natureza, no exercício.

⁸ Em oposição ao ocorrido em 2024, admitem-se maiores chances de anúncio de contingenciamento já no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 2º bimestre, em virtude de necessidade de perseguição da meta de déficit zero, com amparo ao disposto no art. 69 da LDO 2025.

APÊNDICE I – RESULTADO PRIMÁRIO - MARÇO/2025 – DADOS PRELIMINARES

	R\$ bilhões constantes de mar/2025	
	mar/24	mar/25
1. RECEITA TOTAL	210,3	212,2
1.1 - Receita Administrada pela RFB	128,7	135,3
1.1.1 Imposto sobre a Importação	5,4	6,9
1.1.2 IPI	7,3	7,4
1.1.3 Imposto sobre a Renda	59,6	62,5
1.1.4 IOF	5,6	5,4
1.1.5 Cofins	30,4	30,3
1.1.6 PIS/Pasep	9,1	8,5
1.1.7 CSLL	10,9	11,0
1.1.9 CIDE - Combustíveis	0,3	0,1
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	0,1	3,2
1.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS	53,8	54,2
1.3 - Receitas Não Administradas pela RFB	27,8	22,7
1.3.1 Concessões e Permissões	0,2	0,0
1.3.2 Dividendos e Participações	6,4	3,4
1.3.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1,6	1,3
1.3.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6,7	7,1
1.3.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	2,0	1,5
1.3.6 Contribuição do Salário Educação	2,6	2,8
1.3.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0
1.3.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	8,4	6,6
2. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	36,8	39,3
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	173,5	172,9
4. DESPESA TOTAL	174,6	172,9
4.1 Benefícios Previdenciários	76,5	77,6
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	29,8	29,0
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	24,6	27,3
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	6,7	8,3
4.3.2 Anistiados	0,0	0,0
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,8	0,0
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	0,1	0,1
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9,5	10,4
4.3.5 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,2	0,3
4.3.8 FUNDEB (Complem. União)	2,9	3,4
4.3.9 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	0,4	0,5
4.3.10 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1,7	1,4
4.3.11 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,4	0,3
4.3.12 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	0,3	0,4
4.3.13 Subsídios, Subvenções e Proagro	1,2	1,8
4.3.14 Transferências ANA	0,0	0,0
4.3.15 Transferências Multas ANEEL	0,2	0,1
4.3.16 Fabricação de cédulas e moedas e impacto primário FIES	0,2	0,2
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	43,7	39,0
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	31,1	29,2
4.4.2 Despesas Discricionárias	12,6	9,7
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	(1,1)	(0,0)

Elaboração própria.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

APÊNDICE II – NÚMEROS SELECIONADOS DO 1º TRIMESTRE: PROJEÇÕES X REALIZADO

	Acumulado Jan-Mar 2025 (R\$ bilhões correntes)		
	Realizado	PLOA 2025	Projeção CONOF
Receitas			
Receita Administrada pela RFB	482,8	497,3	488,5
Imposto sobre a Importação	22,7	17,5	22,4
IPI	21,2	20,5	21,1
Imposto sobre a Renda	234,0	229,5	234,7
IOF	16,8	16,6	17,3
Cofins	93,0	97,0	94,9
PIS/Pasep	26,3	28,5	27,3
CSLL	56,7	61,7	58,4
CIDE Combustíveis	0,6	1,0	0,8
Outras Receitas Administradas pela RFB	11,5	25,0	11,8
Arrecadação Líquida para o RGPS	162,0	163,8	160,4
Despesas			
Benefícios Previdenciários	228,0	223,2	227,9
Abono e Seguro Desemprego	21,4	22,3	22,4
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	30,8	29,9	33,2

Fontes: PLOA 2025, Relatório do Tesouro Nacional fev/2025, SIAFI. Elaboração própria.

APÊNDICE III – RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL: PLOA 2025 X PROJEÇÕES CONOF

	R\$ bilhões	
	PLOA 2025	Cenário Conof ¹
1. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	2907,8	2.885,7
1.1 <i>Receita Administrada pela RFB</i>	1884,0	1.849,3
1.2 <i>Incentivos Fiscais</i>	0,0	0,0
1.3 <i>Arrecadação Líquida para o RGPS</i>	713,9	697,5
1.4 <i>Receitas Não Administradas pela RFB</i>	310,0	338,9
2. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	558,7	565,4
3. RECEITA LÍQUIDA (1 - 2)	2349,0	2.313,3
4. DESPESA PRIMÁRIA	2389,5	2.384,1
4.1 <i>Benefícios Previdenciários</i>	1007,2	1.028,7
4.2 <i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	413,2	414,6
4.3 <i>Outras Despesas Obrigatórias</i>	419,8	404,8
4.4 <i>Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</i>	549,4	536,0
RESULTADO PRIMÁRIO - GOVERNO CENTRAL	-40,4	-63,8

(1) Projeções atualizadas, já considerando os dados preliminares de execução do mês de março/2025.